

Prova Escrita Objetiva – Nível Médio completo

OFICIAL DE JUSTIÇA, CLASSE O

Tipo 4 – AZUL



SUA PROVA

Além deste caderno de provas, contendo oitenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas



TEMPO

- **4 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **2 horas e 30 minutos** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

Língua Portuguesa

1

Abaixo estão as duas primeiras frases de um silogismo.

Minha mãe vai à missa todos os dias úteis.

Hoje é segunda-feira.

A conclusão adequada a esse raciocínio é:

- (A) Segunda-feira é um dia útil;
- (B) Hoje minha mãe vai à missa;
- (C) Segunda-feira minha mãe vai à missa;
- (D) Hoje é um dia útil;
- (E) Nos dias úteis minha mãe vai à missa.

2

Na redação de um texto, pode ocorrer uma série de dificuldades com vocábulos da língua portuguesa; as palavras abaixo que estão graficamente corretas são:

- (A) advogado / metereologia;
- (B) bicabornato / astigmatismo;
- (C) babadouro / beneficência;
- (D) reinvidicação / bugigangas;
- (E) jaboticaba / cabelereiro.

3

“O oficial de justiça, ou oficial de justiça avaliador, é um servidor público vinculado ao Tribunal de Justiça. Para ser oficial de justiça é preciso prestar concurso público e ser nomeado.

Sua principal atribuição é garantir o cumprimento de mandados judiciais, ou seja, fazer cumprir as ordens determinadas pelos juízes. Por esse motivo, são considerados *longa manus* do Poder Judiciário, expressão em latim que significa ‘mão longa’. Ou seja, o oficial de justiça funciona como a mão do juiz fora do fórum.”

Fonte: <https://www.guiadacarreira.com.br/carreira/quanto-ganha-um-oficial-de-justica/>

Um texto tem como uma de suas características a coesão, ou seja, os pontos de ligação entre seus diversos elementos. Entre os elementos do fragmento do texto, aquele que funciona como elemento de coesão com um outro elemento anterior é:

- (A) Tribunal de Justiça;
- (B) concurso público;
- (C) mandados judiciais;
- (D) ordens determinadas pelos juízes;
- (E) expressão em latim.

4

A frase em que a substituição do termo sublinhado foi feita de forma adequada ao sentido original é:

- (A) Remédio sem efeito / Remédio ineficiente;
- (B) Poço sem água / Poço árido;
- (C) Livro sem autor / Livro desautorizado;
- (D) Carro sem direção / Carro indireto;
- (E) Flor sem perfume / Flor fedorenta.

5

Observe a frase a seguir.

O Brasil está tentando superar dificuldades; torçamos para que o maior país da América do Sul tenha sucesso.

Nesse caso substituiu-se o primeiro termo, para evitar-se a repetição de palavras, por uma qualificação; ocorre o mesmo processo na seguinte frase:

- (A) Monet, criador do Impressionismo, vai ser o motivo de uma exposição em Porto Alegre;
- (B) O Museu de Arte Moderna, localizado no centro de São Paulo, é destacado centro cultural;
- (C) Fernando Henrique Cardoso governou o país por dois mandatos e FHC acaba de escrever mais um livro;
- (D) Flamengo e River Plate vão decidir este mês a Taça Libertadores da América;
- (E) Pelé já está idoso, mas o mais famoso jogador de futebol de todos os tempos continua sendo um papo interessante.

6

A frase abaixo em que a substituição do segmento sublinhado por um advérbio foi feita de forma adequada é:

- (A) Sem que se entendesse o motivo, o convidado aborreceu-se na festa / irresponsavelmente;
- (B) Ia à academia poucas vezes / habitualmente;
- (C) Dirigia com toda a atenção / atenciosamente;
- (D) Mesmo sem estudo realizou a tarefa a contento / Intuitivamente;
- (E) Enfrentou as dificuldades com coragem / ferozmente.

7

A frase abaixo em que ocorre ambiguidade é:

- (A) Ninguém mais os encontrou de novo;
- (B) O cargo de oficial de justiça é importante;
- (C) A nomeação do Ministro foi surpreendente;
- (D) Tudo foi organizado para o julgamento;
- (E) As folhas do caderno despencaram.

8

Atribuições do oficial de justiça: “Cumprir mandados judiciais; preparar salas com livros e materiais necessários ao funcionamento das sessões de julgamento; buscar, na Secretaria e nos Gabinetes, os processos de cada Relator, separando-os e ordenando-os, colhendo assinaturas, quando for o caso; atender e dar informações aos advogados, partes e estagiários presentes na sessão, anotando os pedidos de preferência pela ordem de chegada dos interessados; auxiliar na manutenção da ordem e efetuar prisões, quando determinado; auxiliar o Secretário de Câmara, quando solicitado o auxílio; cumprir as demais atribuições previstas em lei ou regulamento”.

Em cada opção a seguir foi destacado um substantivo do texto acima; a opção em que o adjetivo referente ao substantivo destacado está INCORRETO é:

- (A) livros e materiais / necessários;
- (B) advogados, partes e estagiários / presentes;
- (C) pedidos / interessados;
- (D) auxílio / solicitado;
- (E) atribuições / previstas.

9

Frase inicial: “Hoje se dá grande atenção aos espaços verdes na construção de novos condomínios”.

Acima está uma frase inicial, com uma ideia principal. A seguir colocamos cinco opções de frases, que podem ou não estar relacionadas semanticamente com a ideia principal.

A única frase que tem relação de sentido com a frase inicial é:

- (A) Nas praças há muitos bancos para que os idosos possam descansar;
- (B) No Jardim Zoológico há preocupação com o bem-estar dos animais selvagens;
- (C) Graças às clareiras urbanas, as crianças podem respirar um ar pouco poluído;
- (D) As árvores frutíferas apresentam a vantagem de produzir alimentos para a população mais pobre;
- (E) A poluição do ar é combatida principalmente pelas águas oceânicas.

10

Dvorak aproximou-se do alto da colina e debruçou-se sobre uma pequena pedra para olhar a paisagem abaixo. Observou que havia uma grande caverna, cercada de vegetação, mas não conseguiu identificar a entrada. Fez um sinal para que o grupo o acompanhasse e começou a descer cuidadosamente a encosta.

Acima aparece um pequeno texto narrativo; a frase, retirada desse texto, que mostra valor descritivo é:

- (A) Dvorak aproximou-se do alto da colina;
- (B) debruçou-se sobre uma pequena pedra;
- (C) havia uma grande caverna, cercada de vegetação;
- (D) não conseguiu identificar a entrada;
- (E) Fez um sinal para que o grupo o acompanhasse.

11

A frase em que a substituição do segmento sublinhado por um particípio de valor equivalente foi feita de forma adequada é:

- (A) O terreno que está sob as águas do rio / submetido às;
- (B) Um edifício que está sobre duas rochas / construído;
- (C) Os restos que estão na lata do lixo / acolhidos;
- (D) O estado que está entre Amazonas e Maranhão / posto;
- (E) Um carro que está na garagem / paralisado.

12

Um problema da língua escrita é a polissemia das palavras, que pode gerar mais de um entendimento da frase.

A frase abaixo em que isso ocorre com o termo sublinhado é:

- (A) Comprou um romance de estilo moderno;
- (B) Após dois anos, perdeu os óculos;
- (C) Vi o automóvel importado por meu tio;
- (D) Comprou uma caixa de ovos;
- (E) Adquiriu um terno na semana passada.

13

Observe a frase a seguir.

É importante aprender muitas coisas / É importante o aprendizado de muitas coisas.

O mesmo processo de substituição de um verbo por um substantivo correspondente foi feito de forma adequada em:

- (A) É impossível ocultar a desonestidade / É impossível o ocultismo da desonestidade;
- (B) Morrer é o ato final da existência humana / A mortandade é o ato final da existência humana;
- (C) Enfrentar as dificuldades é o caminho da felicidade / O enfrentamento das dificuldades é o caminho da felicidade;
- (D) Oferecer amizade é atitude rara / O ofertório de amizade é atitude rara;
- (E) O mais difícil é viver / O mais difícil é a vivacidade.

14

Em todas as frases abaixo ocorre uma troca indevida do vocábulo sublinhado por seu parônimo; a única das frases cuja forma do vocábulo sublinhado está correta é:

- (A) O motorista infligiu as leis do trânsito;
- (B) O prisioneiro dilatou os comparsas do assalto;
- (C) Nada há que desabone a sua conduta imoral;
- (D) A cobrança é bimestral, ou seja, duas vezes por mês;
- (E) Os cumprimentos devem ser dados na entrada da festa.

15

Algumas vezes, para reduzir-se a extensão do texto, ocorre a substituição de uma forma negativa por uma positiva equivalente.

A frase abaixo em que isso foi feito de forma semanticamente adequada é:

- (A) Os projetos não avançaram nas Comissões / recuaram;
- (B) Vejo que os candidatos não foram chamados / desistiram;
- (C) Os turistas não foram bem recebidos / foram expulsos;
- (D) Os estudantes não continuaram no curso / fracassaram;
- (E) O presidente não aceitou o convite / declinou do.

16

Também pode evitar-se a repetição de palavras idênticas, substituindo a segunda ocorrência do vocábulo por um pronome demonstrativo; a frase abaixo em que isso foi feito de forma adequada é:

- (A) Amazonas e Sergipe são estados brasileiros; este tem enorme território e aquele, pequeno;
- (B) Meu carro é mais elegante que esse que você está comprando;
- (C) Teu jornal abordou o tema de forma interessante, mas aquele, em minhas mãos, é mais justo;
- (D) Brasil e Rússia jogaram várias vezes, mas aqueles jogos nunca foram violentos;
- (E) O terremoto de Lisboa foi violentíssimo, mas aquele de agora matou mais gente.

17

Na frase “A natureza faz o homem feliz e bom, mas a sociedade o corrompe e torna-o miserável”, a conjunção sublinhada pode ser adequadamente substituída por:

- (A) no entretanto;
- (B) embora;
- (C) visto que;
- (D) portanto;
- (E) contudo.

18

Observe o fragmento textual abaixo, retirado do romance *Canaã*, de Graça Aranha.

“Todas as formas estão diluídas. Cinco horas da manhã. A carroça do padeiro passa estrondando, fazendo a quietude da cidade afundada, mas um instante depois o seu vulto e o seu ruído se dissolvem de novo na cerração. O silêncio torna a cair”.

Nesse texto o observador não pode descrever perfeitamente as formas; nesse caso, o que provoca essa limitação do observador é:

- (A) a falta de conhecimento do assunto;
- (B) a existência de problemas psicológicos;
- (C) o posicionamento distante da cena;
- (D) a impossibilidade física de ver as formas;
- (E) a deficiência visual e auditiva.

19

Um candidato a prefeito, questionado sobre a legalização do aborto, explicou: “Sou contra a legalização do aborto. A Constituição já prevê os casos de aborto permitido. Como vou defender essa legalização numa cidade em que as pessoas morrem de meningite, morrem de tuberculose? A cidade tem de tratar da vida primeiro, para depois tratar desse tipo de problema”.

Nesse caso, o candidato adotou a seguinte estratégia:

- (A) generalização excessiva;
- (B) argumento autoritário;
- (C) círculo vicioso;
- (D) fuga do assunto;
- (E) relação equivocada entre causa e efeito.

20

Observe a frase abaixo:

“Dada a causa, a natureza produz o efeito do modo mais breve em que pode ser produzido”.

Segundo essa frase, a natureza:

- (A) produz tudo aquilo de que o homem precisa;
- (B) indica ao homem o caminho a seguir;
- (C) segue, sem pressa, a ordem natural das coisas;
- (D) cria leis, mas não as respeita;
- (E) mostra espírito lógico e eficiência.

21

A frase a seguir em que os termos sublinhados podem ser considerados sinônimos é:

- (A) A batata está custando caro, como, aliás, todo cereal;
- (B) A educação é tarefa dos pais, e a cultura, do Estado;
- (C) A maior greve ocorreu em 1950; a paralisação durou um mês;
- (D) A operação e o tratamento foram demasiadamente caros;
- (E) As crianças adoram doce, principalmente chocolate.

22

Observe o texto argumentativo a seguir.

“O Brasil vem tentando de tudo. Toda vez que aparece uma potência emergente no mundo, tentamos nos repensar e refazer à sua imagem. Será a China do século XXI? Ou será que já não fomos longe demais nessa bizarra e infrutífera empreitada? Por que não fazer do Brasil o próprio Brasil?” (Eduardo Giannetti, *O elogio do vira-lata*)

Nesse texto, o argumentador:

- (A) apresenta sua própria opinião;
- (B) apresenta uma opinião como geral;
- (C) apresenta uma opinião alheia;
- (D) apresenta e comenta uma opinião;
- (E) confronta diversas opiniões.

Texto 1

É claro que somos livres para falar ou escrever como quisermos, como soubermos, como pudermos. Mas é também evidente que devemos adequar o uso da língua à situação, o que contribui efetivamente para a maior eficiência comunicativa.

23

Considerando o pensamento do texto 1 e tendo conhecimento das atribuições de um oficial de justiça, chegamos à conclusão de que, nessa atividade, a língua escrita, o nível, o uso ou o registro do idioma deve ser predominantemente:

- (A) formal, de acordo com os princípios da gramática normativa;
- (B) informal, em busca de mais ampla compreensão da mensagem;
- (C) regional, adequando-o ao local onde ocorre a comunicação;
- (D) popular, tendo em vista que as mensagens são lidas por todos;
- (E) ultraformal, selecionando vocabulário erudito e construções elaboradas.

24

O texto 1 é formado por dois períodos. O segundo período, em relação ao primeiro, mostra uma:

- (A) retificação do pensamento expresso no primeiro período;
- (B) explicação necessária de opiniões manifestadas;
- (C) limitação do alcance da afirmativa anterior;
- (D) oposição a um pensamento já expresso;
- (E) informação comprovadora do que é escrito antes.

25

Observe as frases a seguir.

Comprei calças de lã na Europa.

O preço das calças foi baixo.

A forma adequada de juntar essas duas frases numa só, de modo a evitar a repetição da palavra *calças*, é:

- (A) Comprei calças de lã na Europa, que o preço foi baixo;
- (B) Comprei calças de lã na Europa, onde o preço foi baixo;
- (C) Comprei calças de lã na Europa, cujo preço foi baixo;
- (D) Comprei calças de lã na Europa em que o preço foi baixo;
- (E) Comprei calças de lã na Europa em onde o preço foi baixo.

26

Uma outra estratégia para evitar-se a repetição de palavras consiste na substituição da segunda ocorrência da palavra por um pronome pessoal.

A frase em que isso foi feito de forma adequada é:

- (A) Os meninos procederam mal, por isso lhes condenaram;
- (B) Comprei o livro ontem, mas vou revendê-lo;
- (C) Os chefes deram as ordens, por isso os obedeci;
- (D) João estava na festa, mas não no viram sair;
- (E) As meninas estavam no shopping, mas não encontrei-las.

27

O segmento composto pelo verbo ter + substantivo foi substituído de forma semanticamente adequada em:

- (A) A velhinha tem disposição para o trabalho / se dedica ao;
- (B) A jovem tinha vontade de sair / gostava;
- (C) Os imigrantes tinham necessidade dos documentos / exigiam;
- (D) As cortinas não tinham serventia / se deterioravam;
- (E) O assaltante não teve intenção de fugir / pretendeu.

28

Observe o texto a seguir, retirado de uma revista de computação.

“Por mais poderoso que seja, um computador sem programas adequados tem pouca utilidade. E um ‘programa adequado’ com certeza não é aquele aplicativo profissional, caro e sofisticado que, às vezes, já vem instalado. De nada adiantam funções, botões e janelas, se você não conseguir fazer alguma coisa com eles”.

Um dos elementos que dá coerência aos textos é a ocorrência de vocábulos que estão dentro de um mesmo campo semântico; nesse texto, as palavras que pertencem ao mesmo bloco conceitual são:

- (A) computador, programas, aplicativo, janelas;
- (B) computador, programa, aplicativo, sofisticado;
- (C) programas, aplicativo, caro, instalado;
- (D) caro, sofisticado, instalado, funções;
- (E) poderoso, aplicativo, instalado, funções.

29

Ao escrever um texto, o autor enfrenta várias dificuldades. Uma delas é evitar a repetição de palavras e um dos meios para isso é substituir uma palavra de valor específico por outra de conteúdo geral, como no exemplo a seguir.

O sargento foi atropelado; depois de alguns minutos, chegou uma ambulância que levou o militar para o hospital.

Assinale os vocábulos abaixo que mostram, respectivamente, esse mesmo tipo de relação:

- (A) selvagens / índios;
- (B) músicos / sambistas;
- (C) embalagens / caixas;
- (D) bananeira / bananal;
- (E) quarto / cômodo.

30

A frase que exemplifica um caso de linguagem figurada é:

- (A) Tudo está muito bem nas férias dos funcionários;
- (B) O livro foi publicado com duzentas páginas;
- (C) O chocolate estava muito saboroso;
- (D) Tudo correu às mil maravilhas;
- (E) Nada acontece por acaso.

Conhecimentos Específicos/Tópicos de Legislação

31

João procurou o Ministério Público e solicitou o ajuizamento da medida judicial cabível para que o seu único vizinho fosse proibido de ouvir música em volume elevado, o que lhe causava grande incômodo. Maria, por sua vez, também se dirigiu à instituição para que fossem adotadas providências visando à cessação do despejo de esgoto *in natura* no único rio da região, o que estava afetando a fauna aquática e comprometendo o abastecimento de água para todos que dependiam desse rio.

Os interesses envolvidos nas narrativas de João e Maria são de natureza:

- (A) individual e difusa, respectivamente, sendo possível que o Ministério Público promova a defesa apenas do último deles;
- (B) difusa, de modo que o Ministério Público pode promover a sua defesa, independentemente da quantidade de envolvidos;
- (C) individual, de modo que o Ministério Público pode promover a sua defesa, a depender da quantidade de envolvidos;
- (D) individual e coletiva, sendo possível que o Ministério Público promova a defesa do último deles, não do primeiro;
- (E) individual homogênea e coletiva, não sendo possível que o Ministério Público promova a defesa de ambos.

32

Após amplos debates entre as lideranças parlamentares de certo Estado da Federação, um grupo de deputados estaduais apresentou projeto de lei ampliando as competências do Tribunal de Justiça. Do processo legislativo resultou a promulgação da Lei nº XX/2018.

A forma utilizada para dispor sobre as competências do Tribunal é:

- (A) correta, pois, por se tratar de matéria local, a lei estadual pode discipliná-la;
- (B) incorreta, pois a ampliação de suas competências deve ser disciplinada na Constituição Estadual;
- (C) incorreta, pois o processo legislativo deveria ter sido iniciado por provocação do Tribunal de Justiça;
- (D) correta, desde que o Tribunal de Justiça tenha sido previamente ouvido a respeito da iniciativa;
- (E) incorreta, pois suas competências estão previstas exclusivamente na Constituição da República de 1988.

33

João, oficial de justiça, recebeu determinação judicial para que procedesse à busca e apreensão de determinado objeto que estava no interior da residência de Antônio.

À luz dos balizamentos estabelecidos exclusivamente na sistemática constitucional e partindo-se da premissa de que foram cumpridas as exigências da lei processual, João:

- (A) pode cumprir o mandado em qualquer horário do dia ou da noite, independentemente do dia da semana;
- (B) precisa cumprir o mandado durante o dia, independentemente do dia da semana;
- (C) pode cumprir o mandado em qualquer horário do dia ou da noite, mas apenas em dias úteis;
- (D) precisa ingressar na residência de Antônio com o consentimento deste último;
- (E) deve cumprir o mandado durante o dia e em dias úteis.

34

Em determinado Estado da Federação, foi promulgada a Lei nº XX/2017, dispondo que a remuneração devida aos ocupantes do cargo de provimento efetivo A, vinculado ao Poder Executivo, seria reajustada pelo mesmo índice aplicado no reajuste da remuneração dos ocupantes do cargo B, vinculado ao Poder Judiciário.

A técnica de reajuste adotada na referida Lei é:

- (A) incorreta, pois é vedada a técnica de reajuste que vincula os cargos A e B;
- (B) correta, pois a técnica de remissão adotada pela lei é um modo de preservar a igualdade;
- (C) correta, desde que os cargos A e B tenham atribuições e requisitos de escolaridade semelhantes;
- (D) correta, desde que os cargos A e B estejam inseridos na estrutura do mesmo Estado da Federação;
- (E) incorreta, pois o reajuste da remuneração dos cargos A e B deveria ocorrer de modo simultâneo, não sequencial.

35

Joana, servidora ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito do Poder Judiciário de determinado Estado da Federação, foi comunicada pelo sindicato da categoria que seriam iniciadas as negociações coletivas de trabalho e era obrigatória a participação do sindicato. Por tal razão, era igualmente obrigatória a filiação de todos os servidores ao sindicato, de modo que a categoria não fosse sub-representada em seus interesses.

A narrativa afigura-se:

- (A) incorreta em relação a Joana, pois a filiação é facultativa, e correta quanto ao sindicato, pois a sua participação é imposta pela Constituição;
- (B) correta em relação a Joana, por força do princípio da solidariedade social, e incorreta quanto ao sindicato, por ferir o princípio da liberdade de gestão;
- (C) correta em relação a Joana, já que a filiação dos servidores do Poder Judiciário é obrigatória, e incorreta quanto ao sindicato, que tem autonomia gerencial;
- (D) incorreta em relação a Joana, pois os servidores do Poder Judiciário não podem filiar-se a sindicato, e correta quanto ao sindicato, desde que haja determinação judicial;
- (E) incorreta em relação a Joana, que somente pode ser obrigada a exercer cargo de direção no sindicato, não a sindicalizar-se, e correta quanto ao sindicato, que defende a categoria.

36

Maria, grávida de 5 meses, preocupa-se com a proteção dos direitos do seu futuro bebê. O marido de Maria, pai da criança, está hospitalizado em quadro de saúde gravíssimo e a relação de Maria com a família do seu marido não é harmoniosa.

A afirmação que melhor reflete a situação do nascituro é:

- (A) nascituro goza de proteção jurídica;
- (B) nascituro tem personalidade civil plena;
- (C) nascituro não é titular de direitos subjetivos;
- (D) embrião e nascituro têm o mesmo tratamento legal;
- (E) material genético humano congelado é um nascituro.

37

O direito civil identifica e classifica os diferentes tipos de bens, com o objetivo de facilitar a aplicação do direito ao caso concreto.

De acordo com o Código Civil brasileiro, é correto afirmar que os bens:

- (A) fungíveis e móveis podem ser substituídos por outros de mesma espécie e quantidade;
- (B) singulares incluem os que se consideram *de per si* independentemente dos demais, embora reunidos;
- (C) imóveis incluem tudo que for incorporado ao solo, desde que seja de forma natural, inclusive o próprio solo;
- (D) móveis são suscetíveis de movimento próprio sem alteração da substância ou destinação econômica e social, exceto os bens de remoção por força alheia;
- (E) divisíveis podem ser fracionados sem alterar sua substância, mesmo com diminuição considerável de valor, desde que sem prejuízo do uso a que se destina.

38

Atropelado por um carro que invadira a calçada onde se encontrava, José sofreu graves lesões, o que o levou a intentar ação indenizatória em face de Luiz, proprietário e condutor do veículo. Em sua petição inicial, José pleiteou a condenação de Luiz a lhe pagar verbas reparatórias dos danos morais e ressarcitórias dos danos materiais, incluindo as despesas com os tratamentos médicos e hospitalares que se faziam necessários.

Alegando não ter condições financeiras de arcar com tais tratamentos, e que estes não poderiam ser interrompidos, o autor requereu, também, a concessão de tutela *inaudita altera parte*, consubstanciada na determinação para que o réu imediatamente custeasse essas despesas, até o julgamento do mérito do processo.

Reputando, à luz de uma cognição sumária, satisfatoriamente comprovadas as alegações de José, o magistrado, sem prejuízo do juízo positivo de admissibilidade da ação, deferiu a medida requerida, que tem a natureza de tutela:

- (A) de urgência cautelar;
- (B) de urgência antecipada;
- (C) da evidência;
- (D) definitiva;
- (E) executiva.

39

No que se refere à liquidação, é correto afirmar que:

- (A) as decisões interlocutórias proferidas nessa fase do procedimento são irrecorríveis;
- (B) se a sentença contiver parte líquida e outra ilíquida, deverá o credor promover a liquidação desta, para, depois, promover a execução da totalidade do crédito;
- (C) se o juiz constatar que a sentença liquidanda violou algum preceito legal, poderá invalidá-la, desde que haja requerimento de qualquer das partes nesse sentido;
- (D) quando a apuração do *quantum debeatur* depender apenas de cálculo aritmético, a fase liquidatória terá o procedimento simplificado;
- (E) a instauração dessa fase do procedimento pode ser requerida tanto pelo credor como pelo devedor.

40

Tendo sido acolhido, em sentença, o pedido formulado pelo autor, o réu, no prazo legal, interpôs recurso de apelação.

Depois do oferecimento das contrarrazões recursais e da subida dos autos ao tribunal, o único advogado da parte ré renunciou ao mandato que lhe fora outorgado, disso dando ciência ao seu constituinte.

Distribuído o processo a um dos órgãos fracionários do tribunal, o desembargador a quem coube a sua relatoria, constatando que o demandado não mais tinha advogado, suspendeu o feito e assinou-lhe prazo razoável para que sanasse o vício, o que não foi atendido.

Nesse cenário, deverá o relator:

- (A) julgar extinto o processo, sem resolução do mérito;
- (B) decretar a nulidade do processo;
- (C) nomear curador especial para patrocinar a defesa do réu;
- (D) deixar de conhecer do recurso de apelação;
- (E) conhecer do recurso de apelação, negando-lhe provimento.

41

Quanto ao agravo de instrumento, é correto afirmar que:

- (A) é recurso manejável perante o juízo *a quo*, que, sem exercer o controle de admissibilidade, o encaminhará ao tribunal;
- (B) é cabível para impugnar decisões interlocutórias proferidas na fase de cumprimento de sentença;
- (C) é interponível no prazo de 10 (dez) dias, a contar da intimação da decisão interlocutória;
- (D) o seu desfecho, por votação não unânime que confirme a decisão, enseja a técnica do julgamento complementar;
- (E) é cabível para impugnar decisão indeferitória da gratuidade de justiça, ainda que este tema conste em tópico da sentença.

42

Ao tomar contato, no dia 4 de novembro de 2019 (segunda-feira), com a petição inicial de certa demanda, o magistrado não só procedeu ao juízo positivo de sua admissibilidade como também deferiu, *inaudita altera parte*, a medida liminar requerida pelo autor. Ordenada a citação do réu por oficial de justiça, tal diligência foi efetivada em 7 de novembro de 2019 (quinta-feira), procedendo-se à juntada do correspondente mandado em 18 de novembro de 2019 (segunda-feira).

Entendendo que a decisão concessiva da liminar padecia de obscuridades, o réu optou por manejar embargos de declaração, a fim de vê-la aclarada.

Partindo-se da premissa de que inexistiram dias feriados ou pontos facultativos, o termo final do prazo para a interposição dos declaratórios foi o dia:

- (A) 11 de novembro de 2019;
- (B) 14 de novembro de 2019;
- (C) 25 de novembro de 2019;
- (D) 29 de novembro de 2019;
- (E) 9 de dezembro de 2019.

43

Tendo sido ajuizada demanda em que se pedia a condenação do réu ao pagamento de obrigação contratual no montante de cem mil reais, o juiz da causa, depois de concluída a instrução, acolheu em parte o pedido do autor, condenando o demandado a lhe pagar a importância de oitenta mil reais.

Inconformado, o réu interpôs apelação, pugnando pela reforma integral do julgado, ao passo que o demandante não recorreu. Todavia, ao ser intimado para ofertar contrarrazões recursais, o autor, no prazo de que dispunha para tanto, optou por também avariar a apelação, na modalidade adesiva, em que requeria ao tribunal o acolhimento integral de seu pleito, isto é, a condenação do réu ao pagamento do débito de cem mil reais.

Levando-se em conta que, após a interposição do recurso adesivo pela parte autora, o réu desistiu de seu apelo, e que os elementos de prova carreados aos autos demonstravam que o débito do devedor era mesmo de cem mil reais, o tribunal deverá:

- (A) deixar de conhecer de ambos os recursos;
- (B) conhecer de ambos os recursos, negando-lhes provimento;
- (C) conhecer de ambos os recursos, dando provimento ao do autor, mas negando provimento ao do réu;
- (D) conhecer do recurso do autor, dando-lhe provimento, mas deixando de conhecer do recurso do réu;
- (E) conhecer do recurso do autor, negando-lhe provimento, mas deixando de conhecer do recurso do réu.

44

No que concerne à execução por quantia certa, é correto afirmar que:

- (A) concluída a avaliação do bem penhorado, não mais é lícito ao executado pagar a dívida, ainda que atualizada e acrescida de juros, custas e honorários advocatícios;
- (B) ao despachar a inicial, o juiz deve determinar a intimação do executado para que, no prazo de 3 (três) dias, apresente contestação;
- (C) caso o executado aliene bem imóvel cuja penhora foi previamente averbada na serventia imobiliária, incide presunção legal de ocorrência de fraude contra credores;
- (D) a avaliação do bem penhorado é requisito de validade do processo de execução, devendo ser realizada ainda que uma das partes aceite a estimativa de valor feita pela outra;
- (E) caso o oficial de justiça, por ocasião da diligência citatória, não encontre o executado, deverá proceder ao arresto de bens de sua propriedade, suficientes para garantir a execução.

45

Credor de obrigação contratual propôs ação de cobrança em face dos três devedores solidários, o que deu azo à instauração de processo eletrônico.

Validamente citados, os réus constituíram advogados diferentes, pertencentes a escritórios de advocacia distintos, tendo cada qual, então, ofertado a sua peça contestatória.

Encerrada a fase instrutória e proferida sentença em que se julgava procedente o pleito autoral, o prazo de que os demandados dispõem para interpor recurso de apelação é:

- (A) simples;
- (B) duplicado;
- (C) duplicado, desde que a peça recursal seja formalmente una;
- (D) triplicado;
- (E) quadruplicado.

46

Ao receber a intimação para efetuar pagamento decorrente de condenação judicial, o réu, pessoa de baixa instrução, entrega o valor pertinente ao oficial de justiça Roberto, que o utiliza para o pagamento de uma dívida própria.

Sobre a conduta praticada por Roberto, é correto afirmar que:

- (A) o fato é atípico porque o Código Penal não pune o chamado peculato de uso;
- (B) foi cometido o crime de peculato mediante erro de outrem, já que o oficial de justiça não colaborou para o erro do sujeito passivo;
- (C) Roberto deve responder pelo crime de peculato na modalidade apropriação, definido no art. 312 do Código Penal;
- (D) Roberto cometeu o crime de corrupção passiva porque recebeu vantagem indevida em razão do cargo;
- (E) não há crime devido ao exercício regular de um direito.

47

Quanto à intimação da sentença, é correto afirmar que:

- (A) se dará mediante edital, no caso de infração afiançável, ainda que o réu tenha constituído advogado e este tenha sido intimado;
- (B) é presumida quando o réu constitui advogado particular;
- (C) a do Ministério Público se dará mediante mandado a ser cumprido por oficial de justiça;
- (D) quando o réu constituir defensor, se dará na pessoa deste;
- (E) será pessoal, no caso de réu preso.

48

Oficial de justiça que deixa de dar cumprimento integral a mandado de penhora em razão de sentir pena do proprietário do bem penhorado comete, em tese, o crime de:

- (A) corrupção passiva privilegiada;
- (B) abandono de função;
- (C) violação de sigilo profissional;
- (D) corrupção passiva simples;
- (E) prevaricação.

49

Sobre os recursos em processo penal, é correto afirmar que:

- (A) os recursos de embargos infringentes e carta testemunhável são exclusivos da defesa;
- (B) a interposição de um recurso por outro impede o seu conhecimento pelo juiz ou tribunal;
- (C) o recurso cabível para a decisão que rejeita a denúncia é o recurso em sentido estrito;
- (D) cabe recurso em sentido estrito das decisões do Tribunal do Júri quando ocorrer nulidade posterior à pronúncia;
- (E) é possível a desistência de recurso interposto pelo Ministério Público.

50

Sobre a imposição das medidas de segurança, é correto afirmar que:

- (A) sempre será aplicada pelo juiz da sentença;
- (B) a execução é de competência do juiz da execução penal;
- (C) determinada a internação pelo juiz, caberá exclusivamente ao oficial de justiça o cumprimento do mandado de captura;
- (D) é possível a imposição após o trânsito em julgado da sentença, quando a execução da pena não tenha se dado em razão de fuga ou ocultação do réu;
- (E) transitada em julgado sentença que afasta cabalmente a periculosidade do réu, não poderá ser imposta pelo juiz da execução penal.

51

Rodrigo e Joaquim foram acusados de praticar um crime de estelionato. Após o devido processo, foram condenados pelo juiz na sentença. A defesa técnica de Rodrigo interpôs recurso de apelação, enquanto Joaquim conformou-se com a pena imposta. Ao apreciar o recurso, o Tribunal de Justiça reconheceu a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva. Com referência a essa situação hipotética, é correto afirmar que a decisão:

- (A) sempre beneficiará todos os réus, mesmo os que não interpuseram recurso;
- (B) beneficiará somente o réu que interpôs recurso de apelação;
- (C) pode não beneficiar todos os réus, a depender do fundamento utilizado para o cálculo da prescrição;
- (D) somente beneficiará aos corréus que expressamente assim requeiram nos autos;
- (E) terá seu efeito limitado aos recorrentes.

52

Roberto cumpre pena privativa de liberdade em presídio situado na cidade de Florianópolis. Na comarca de Porto Alegre foi instaurada ação penal em seu desfavor por suposto cometimento de crime de roubo e realizada a sua citação por edital, eis que não foi encontrado nos endereços constantes dos autos e não havia informação de sua prisão.

Nessa situação, é correto afirmar que:

- (A) a citação por edital é nula, porque cabe ao juízo diligenciar, por todos os meios e em todas as situações, para obter o correto endereço do réu;
- (B) encontrando-se preso o réu, a sua requisição supre a citação pessoal;
- (C) preso o réu durante o curso do prazo da intimação por edital da sentença condenatória, essa intimação permanece válida;
- (D) a citação é válida porque cabe ao réu informar o juízo sobre o seu endereço atualizado;
- (E) a citação é válida, em razão de encontrar-se preso em outro Estado da Federação, nos termos de entendimento consolidado do STF.

53

Ao receber denúncia oferecida contra Carlos, acusado de praticar crime de roubo com aumento de pena decorrente do emprego de arma de fogo, o juiz, atendendo ao requerimento do Ministério Público, decretou a sua prisão preventiva e determinou a sua citação pessoal no endereço que constava dos autos, e que tinha sido fornecido pelo réu por ocasião de seu depoimento no inquérito policial. Ao cumprir os mandados de citação e de prisão, o oficial de justiça certificou que Carlos encontrava-se em local incerto e não sabido.

Considerando essa situação hipotética, é correto afirmar que:

- (A) cabe ao juiz determinar a citação editalícia de Carlos, ainda que ele tenha constituído advogado nos autos;
- (B) cabe a citação por hora certa;
- (C) cabe a citação mediante entrega da contrafé a um parente que resida no mesmo endereço do réu;
- (D) a citação por hora certa não autoriza a continuidade do processo, que deverá ficar suspenso até que a citação pessoal seja efetivada;
- (E) ainda que exista mais de um endereço de Carlos nos autos do inquérito policial, a citação editalícia será válida se o réu for procurado somente no endereço em que declarou residir.

54

A respeito dos crimes praticados por funcionário público contra a Administração Pública, é correto afirmar que:

- (A) no crime de concussão, o funcionário público solicita a vantagem indevida à vítima;
- (B) na corrupção passiva, o funcionário público sempre toma a iniciativa de propor o pagamento da vantagem ilícita;
- (C) no crime de advocacia administrativa, o funcionário público patrocina interesse próprio e ilícito perante a administração pública;
- (D) responde por prevaricação, e não corrupção passiva, o funcionário público que deixa de praticar ato de ofício sem ser remunerado, atendendo a pedido de outra pessoa;
- (E) no crime de inserção de dados falsos em sistema de informação, o funcionário público autorizado exclui ou altera dados corretos nos sistemas informatizados ou em banco de dados da Administração Pública.

55

Joaquim responde pelo crime de apropriação indébita cometida contra entidade pública estadual. No curso da ação penal, o juiz decretou a extinção da punibilidade de Joaquim, reconhecendo prescrição da pretensão punitiva.

Nesse caso, o Ministério Público poderá apresentar:

- (A) recurso de apelação;
- (B) recurso em sentido estrito;
- (C) correção parcial;
- (D) reclamação;
- (E) carta testemunhável.

56

João, oficial de justiça, solicita o pagamento de dois mil reais para não cumprir rapidamente um mandado de citação, o que acaba ocorrendo.

Nessa situação, João sujeita-se às penas previstas para o crime de:

- (A) concussão;
- (B) corrupção passiva simples;
- (C) prevaricação;
- (D) corrupção passiva com aumento de pena;
- (E) tráfico de influência.

57

João, servidor público do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul lotado em determinada Câmara Criminal, atendendo à determinação do desembargador relator no processo X, deve realizar comunicação oficial para um órgão administrativo do Tribunal, com pedido de informações para instrução daquele processo.

De acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, João deve cumprir a determinação por:

- (A) ofício, que deverá ser expedido no primeiro malote que sair da Secretaria da Câmara Criminal, devendo o oficial de justiça lotado no órgão solicitante comparecer pessoalmente ao órgão solicitado no prazo de 5 (cinco) dias para obter a resposta, caso não chegue até tal prazo;
- (B) meio eletrônico encaminhado à caixa de correio setorial, pois é obrigação dos órgãos, por seus representantes, acessar diariamente tal caixa, mediante senha obtida junto ao departamento de informática, que deverá ser compartilhada por mais de um servidor a seu critério;
- (C) memorando, a ser entregue em mãos por oficial de justiça no prazo de 72 (setenta e duas) horas e o órgão destinatário da solicitação deverá atender ou justificar a impossibilidade de atendimento ao requerimento no prazo de 10 (dez) dias contados do recebimento do memorando;
- (D) ofício, a ser entregue em mãos por oficial de justiça no prazo de 24 (vinte e quatro) horas e o órgão destinatário da solicitação deverá atender ou justificar a impossibilidade de atendimento ao requerimento no prazo de 5 (cinco) dias contados do recebimento do ofício;
- (E) oficial de justiça, que deverá comparecer pessoalmente ao órgão destinatário da solicitação e providenciar verbalmente o atendimento à determinação do desembargador relator, de maneira que as informações requeridas sejam disponibilizadas imediatamente.

58

Em matéria de plantão, o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul estabelece que no plantão jurisdicional serão distribuídos todos os feitos com caráter de urgência, de matéria:

- (A) criminal, não cabendo ao magistrado plantonista avaliar a admissibilidade da utilização do plantão jurisdicional, e sim exercer a jurisdição de acordo com o direito e a jurisprudência aplicáveis ao caso concreto;
- (B) criminal, que tenham natureza de pedido de liberdade ou *habeas corpus*, não cabendo ao magistrado plantonista avaliar a admissibilidade da utilização do plantão jurisdicional para questões de natureza cível;
- (C) criminal, de qualquer natureza, não cabendo ao magistrado plantonista avaliar a admissibilidade da utilização do plantão jurisdicional para questões de natureza cível, exceto o caso de relaxamento de prisão de devedor de alimentos;
- (D) criminal ou cível, de direito privado ou de direito público, que, sob pena de prejuízo grave ou de difícil reparação, tiverem de ser apreciados de imediato, inadiavelmente, no expediente excepcional;
- (E) criminal ou cível, de direito público, que, sob pena de prejuízo grave ou de difícil reparação ao réu criminal ou ao erário, tiverem de ser apreciados de imediato, excluídas questões cíveis de direito privado.

59

O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Atua o Conselho diante de situações de ameaça ou de violação de direitos com o objetivo de proteger a criança e o adolescente que estejam em situação de vulnerabilidade.

Consoante dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), o Conselho Tutelar tem caráter:

- (A) jurisdicional, e em cada comarca haverá, no mínimo, um Conselho Tutelar como órgão integrante do Poder Judiciário Estadual, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pelo Presidente do Tribunal para mandato de 4 (quatro) anos, vedada a recondução;
- (B) jurisdicional, e haverá um Conselho Tutelar vinculado a cada Juizado da Infância e da Juventude, composto de 3 (três) membros, preferencialmente servidores públicos, escolhidos pelo Presidente do Tribunal para mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução;
- (C) jurisdicional, e em cada comarca haverá, no mínimo, um Conselho Tutelar como órgão integrante do Poder Judiciário Estadual, composto de 7 (sete) membros, escolhidos pelo Juizado da Infância e da Juventude para mandato de 4 (quatro) anos, vedada a recondução;
- (D) não jurisdicional, e em cada Município haverá, no mínimo, um Conselho Tutelar como órgão integrante do Poder Executivo Estadual, composto de 7 (sete) membros, escolhidos pela população local para mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução;
- (E) não jurisdicional, e em cada Município haverá, no mínimo, um Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida recondução por novos processos de escolha.

60

Maria celebrou com João contrato de locação residencial. Em razão de inadimplemento reiterado no pagamento, Maria ajuizou ação de despejo em face de João, obtendo sentença de procedência dos pedidos, inclusive com a expedição de mandado de despejo.

De acordo com a Lei nº 8.245/91, findo o prazo assinado para a desocupação do imóvel, contado da data da notificação, será:

- (A) concedido o prazo de 15 (quinze) dias para João desocupar o imóvel, sob pena de responder por crime de desobediência, sem prejuízo do emprego de força policial, se necessário, vedado qualquer dano ao imóvel;
- (B) efetuado o despejo, se necessário com emprego de força, inclusive arrombamento, e os móveis e utensílios serão entregues à guarda de depositário, se não os quiser retirar o despejado;
- (C) concedido o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para João desocupar o imóvel, sob pena de lhe ser aplicada multa diária pelo descumprimento da decisão judicial, sem prejuízo do emprego de força policial, se necessário;
- (D) efetuado o despejo, se necessário com emprego de força, e os móveis e utensílios serão adjudicados ao locador, a título de compensação pelos valores que lhe são devidos pelo locatário;
- (E) concedido o prazo de 72 (setenta e duas) horas para João desocupar o imóvel, sob pena de lhe ser aplicada multa diária pelo descumprimento da decisão judicial, sem prejuízo do emprego de arrombamento, se necessário.

61

Nos Juizados Especiais, o processo orienta-se pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade.

Ao tratar das intimações e das citações no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis, a Lei nº 9.099/95 estabelece que:

- (A) a citação não se fará por edital;
- (B) a citação é feita exclusivamente por oficial de justiça;
- (C) o comparecimento espontâneo não suprirá a falta ou nulidade da citação;
- (D) dos atos praticados na audiência, considerar-se-ão cientes as partes presentes após intimação por oficial de justiça;
- (E) dos atos praticados na audiência, considerar-se-ão cientes as partes presentes após a publicação no Diário Oficial.

62

Determinada parte em processo judicial apresentou reclamação destinada a dirimir divergência entre acórdão prolatado por Turma Recursal Estadual e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, consolidada em julgamento de recurso especial repetitivo e em enunciados das Súmulas do STJ.

No âmbito do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, de acordo com seu regimento interno, a mencionada reclamação deve ser julgada:

- (A) pela Câmara da Função Delegada dos Tribunais Superiores, que é composta pelos três vice-presidentes;
- (B) pela Câmara Especial, que é composta por cinco desembargadores do Órgão Especial;
- (C) pela Câmara Cível, competente por livre distribuição no segundo grau, que é composta por três desembargadores;
- (D) pela Seção de Direito Privado, que é composta por três Turmas de Julgamento;
- (E) pelo 1º Grupo Cível, competente por livre distribuição no segundo grau, que é composto por três desembargadores.

63

João, de forma livre e consciente, por meio de publicação de texto e foto no site X e em sua rede social Y, ambos abertos ao público na internet, praticou, induziu e incitou discriminação de Maria em razão de sua deficiência, consistente em tetraplegia.

Consoante dispõe a Lei nº 13.146/15, João praticou crime:

- (A) de menor potencial ofensivo, fazendo jus à transação penal, caso preencha os requisitos subjetivos previstos na lei, como não ter sido beneficiado anteriormente, no prazo de 5 (cinco) anos, pela aplicação de pena restritiva ou multa;
- (B) de difamação previsto no Código Penal, com aumento de pena por ser a vítima pessoa com deficiência, sendo possível a retratação até o recebimento da denúncia e condicionada à composição civil dos danos;
- (C) de calúnia previsto no Código Penal, com aumento de pena por ser a vítima pessoa com deficiência, sendo possível a retratação antes da sentença e condicionada à exclusão dos textos e fotos na internet;
- (D) previsto no Estatuto da Pessoa com Deficiência, e o juiz poderá determinar, sob pena de desobediência, a interdição das respectivas mensagens ou páginas de informação na internet;
- (E) previsto na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência com pena de reclusão de 1 (um) a 2 (dois) anos e multa, sem prejuízo da reparação pelos danos extrapatrimoniais sofridos pela vítima.

64

João, servidor público civil estável ocupante de cargo efetivo do Estado do Rio Grande do Sul, requereu licença por motivo de doença em pessoa da família, a fim de prestar assistência a sua mãe, que está com câncer em estágio terminal. João comprovou ser indispensável a sua assistência, que não pode ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo.

No caso em tela, consoante dispõe o Estatuto e Regime Jurídico Único dos Servidores Civis do Estado do Rio Grande do Sul (Lei Complementar nº 10.098/94), João:

- (A) não faz jus à licença pretendida, que somente se aplica quando a enfermidade recai sobre o próprio servidor;
- (B) não faz jus à licença pretendida, mas pode obter licença para trato de assuntos particulares pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- (C) faz jus à licença pretendida e auferirá metade da remuneração até 90 (noventa) dias;
- (D) faz jus à licença pretendida e auferirá 2/3 (dois terços) da remuneração, no período que exceder a 90 (noventa) e não ultrapassar 180 (cento e oitenta) dias;
- (E) faz jus à licença pretendida e auferirá 2/3 (dois terços) da remuneração, no período que exceder a 180 (cento e oitenta) e não ultrapassar 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

65

João é servidor público estadual estável ocupante do cargo efetivo de oficial de justiça do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. João foi procurado, dentro do fórum, por sua amiga de infância Maria, que lhe solicitou indicação de advogado para prosseguir patrocinando seus interesses em ação que tramita na Vara onde João está lotado.

De acordo com o Estatuto dos Servidores da Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (Lei nº 5.256/66), é:

- (A) expressamente defeso ao servidor, em quaisquer locais e horários, intermediar, insinuar ou indicar patronos às partes que os devam constituir, exceto se comprovar que não recebeu qualquer benefício financeiro para tal;
- (B) expressamente defeso ao servidor, durante as horas de expediente e nos locais de trabalho, conversar com partes em processo judicial que ainda esteja tramitando, exceto para cumprir decisões, intimações e citações judiciais;
- (C) expressamente defeso ao servidor, durante as horas de expediente e nos locais de trabalho, por qualquer forma, intermediar, insinuar ou indicar patronos às partes que os devam constituir;
- (D) permitido ao servidor, durante as horas de expediente e nos locais de trabalho, indicar patronos às partes que os devam constituir, desde que não receba qualquer benefício financeiro ou econômico, direto ou indireto, para tal;
- (E) permitido ao servidor, durante as horas de expediente e nos locais de trabalho, indicar patronos às partes que os devam constituir, independentemente de receber qualquer benefício para tal, mas desde que não utilize seu cargo para favorecer uma das partes.

66

No bojo de ação penal pública incondicionada, sem pedido ou decreto de prisão cautelar, em que o Ministério Público imputa ao réu João a prática do crime de roubo, o Juízo Criminal determinou a citação do réu.

Ao cumprir o mandado de citação no endereço do réu, com observância da Consolidação Normativa Judicial do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, o oficial de justiça deverá:

- (A) certificar a citação do réu, com entrega de cópia do mandado de citação e sem cópia da denúncia, que poderá ser obtida pelo réu ou seu defensor no cartório;
- (B) certificar a citação do réu, sendo vedado consultá-lo se deseja a nomeação de defensor público para acompanhar sua defesa ou se irá constituir advogado;
- (C) proceder à leitura do mandado ao citando e entregar a contrafé, na qual se mencionarão o dia e a hora da citação, certificando a entrega da contrafé e sua aceitação ou recusa;
- (D) proceder à citação fictícia do réu, mediante afixação de cópia do mandado na porta da casa do citando, caso o oficial verifique que o réu está se ocultando para não ser citado;
- (E) proceder à citação fictícia do réu, mediante publicação de edital de citação no Diário Oficial, caso o oficial verifique que o réu está se ocultando para não ser citado.

67

João, oficial de justiça do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, compareceu no endereço indicado no mandado de citação expedido no bojo de ação de cobrança. Ao ser citada, a ré Maria manifestou a João o interesse em celebrar acordo, fazendo a proposta de pagar a quantia de cinquenta mil reais ao autor, que pleiteava na inicial o valor de oitenta mil reais.

De acordo com a Consolidação Normativa Judicial do TJRS, João:

- (A) não deve certificar a proposta de acordo, para não praticar abuso de poder, na modalidade desvio de finalidade;
- (B) não deve certificar a proposta de acordo, para não praticar abuso de poder, por vício de competência;
- (C) deve certificar, em mandado, somente a citação e sugerir a designação de audiência para mediação;
- (D) deve certificar, em mandado, a proposta de autocomposição apresentada por Maria na ocasião da citação;
- (E) deve certificar, em mandado, somente a citação e sugerir a designação de audiência de conciliação.

68

O Ministério Público estadual ofereceu denúncia criminal, deflagrando ação penal pública em face de João, pessoa detentora de foro especial por prerrogativa de função junto ao Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Apresentada a denúncia, o desembargador relator determinou a notificação do acusado para oferecer resposta no prazo legal. Ocorre que o oficial de justiça Antônio não conseguiu concretizar a notificação pessoal do denunciado, pois João criou inúmeras dificuldades para que o oficial cumprisse a diligência.

No caso em tela, de acordo com a Lei nº 8.038/90:

- (A) o denunciado João será notificado por edital, contendo o teor resumido da acusação, para que compareça ao Tribunal, em 5 (cinco) dias, onde terá vista dos autos pelo prazo de 15 (quinze) dias, a fim de apresentar resposta;
- (B) o denunciado João será considerado tacitamente intimado mediante entrega do mandado e de cópia da denúncia ao vizinho mais próximo, devendo Antônio elaborar certidão circunstanciada sobre o ocorrido;
- (C) o oficial Antônio notificará qualquer pessoa que resida no mesmo endereço de João, o qual será considerado citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar defesa prévia junto ao Tribunal de Justiça;
- (D) o oficial Antônio deixará no endereço de João cópia do mandado com certidão circunstanciada sobre a frustração da notificação real, para que o denunciado compareça ao Tribunal, em 10 (dez) dias, a fim de apresentar resposta;
- (E) o desembargador relator decretará a revelia de João e designará data para sessão de instrução e julgamento, ocasião em que serão ouvidas as testemunhas da acusação e do juízo.

69

Vitor foi contratado para representar o senhor Gervásio na realização de determinados atos jurídicos que lhe reverteriam benefício patrimonial. No curso da atuação, entretanto, Vitor toma ciência de que Gervásio veio a falecer.

Diante disso, o mandato:

- (A) se extingue, e Vitor não deve mais atuar;
- (B) se extingue, mas Vitor deve concluir os atos já começados, se houver perigo na demora;
- (C) se mantém até a abertura de inventário, e Vitor deve continuar atuando;
- (D) se mantém, mas os atos de Vitor deverão ser ratificados pelo inventariante;
- (E) se mantém até que Vitor termine todos os atos de que foi incumbido, não podendo o inventariante revogar seus poderes.

70

Virgulino leva um estilo de vida livre e não gosta de se prender a bens materiais. Não tem residência fixa e anda pelo Estado vivendo de trabalhos temporários em cada cidade pela qual passa. Em Caxias do Sul, teve um desentendimento com Irineu, que culminou em vias de fato. Agora Irineu pretende acioná-lo judicialmente. Descobriu que depois da briga ele esteve em Canela, onde trabalhou em uma obra por alguns dias. Constatou também que ele tem uma namorada em Torres, a qual visita periodicamente. Por fim, soube que seus pais residem em Garibaldi, onde ele costuma passar as festas.

Para efeitos legais, o domicílio de Virgulino será:

- (A) Caxias do Sul;
- (B) Canela;
- (C) Torres;
- (D) Garibaldi;
- (E) onde for encontrado.

Microinformática**71**

Em dezembro de 2019, Ana fez uma busca no Google por meio do navegador Chrome com os seguintes termos no texto de busca.

site:tjrs.jus.br audiência conciliação uruguaiana -mediação videoconferência zero

Além dos “Anúncios”, havia apenas 4 resultados exibidos. Entretanto, após os resultados, havia incluída uma mensagem contendo o seguinte trecho:

Se preferir, você pode repetir a pesquisa incluindo os resultados omitidos.

Ana clicou imediatamente no link desse trecho e obteve um novo resultado para sua busca, agora com 115 resultados além dos “Anúncios”.

A versão do Chrome de Ana havia sido recentemente instalada, e Ana usava as configurações *default* do sistema. Com isso, é correto afirmar que a segunda busca exibiu mais resultados que a primeira porque o Google:

- (A) retirou a restrição de busca num determinado endereço, e incluiu resultados de sites de outros tribunais;
- (B) naturalmente tem um comportamento randômico, haja vista que depende da intensidade do tráfego na rede no momento da busca;
- (C) eliminou automaticamente os termos menos relevantes do texto, aumentando o escopo dos resultados;
- (D) omitiu, na primeira busca, as páginas muito semelhantes, quase duplicatas das páginas exibidas;
- (E) eliminou automaticamente a restrição em relação ao termo “mediação”.

72

No contexto da inserção e edição de tabelas no MS Word, analise as afirmativas a seguir.

I. É possível inserir uma tabela no interior de uma célula de outra tabela.

II. Os valores exibidos em células que contêm fórmulas, tais como SUM(ABOVE), ou *soma acima*, são automaticamente recalculados quando há alterações nas células cujos valores são parcelas do somatório.

III. Numa operação de mesclagem, todas as células a serem mescladas devem estar contidas em uma única linha, ou em uma única coluna.

IV. Uma tabela pode se estender por mais de uma página do documento.

Está correto somente o que se afirma em:

- (A) I e III;
- (B) I e IV;
- (C) II e III;
- (D) II e IV;
- (E) III e IV.

73

No contexto do MS PowerPoint, o Slide Mestre refere-se a um slide que:

- (A) contém a estrutura de tópicos abordados numa apresentação;
- (B) estabelece a ordem de apresentação para os demais slides;
- (C) contém um índice gerado automaticamente que auxilia na navegação de um slide para outro durante uma apresentação;
- (D) estabelece a trilha sonora da apresentação;
- (E) estabelece alguns padrões de formatação que se aplicam a todos os demais slides.

74

No Windows 10, é vedado o uso de certos caracteres no nome de um arquivo, ou de uma pasta de arquivos.

Sabendo-se disso, o nome de arquivo que NÃO seria aceito é:

- (A) A . B . C
- (B) @ZIL . 123
- (C) 12345 . TXT
- (D) A _ B . TXT
- (E) ABC . *

75

Certificados Eletrônicos, no Brasil, são emitidos:

- (A) por autoridades certificadoras;
- (B) pela Receita Federal;
- (C) pela Polícia Federal;
- (D) pelas prefeituras;
- (E) pelos cartórios.

76

Maria emprestou seu notebook para João por alguns dias. Durante o uso, João instalou uma nova versão do MS Office e criou/editou vários documentos, planilhas e apresentações, tanto novos como já existentes. Quando recebeu de volta o computador, Maria pretendia voltar à versão do Office à qual estava acostumada, porém mantendo em seu computador todos os arquivos pessoais criados ou editados por João.

Ao pesquisar sobre as opções de recuperação no Windows 10, Maria descobriu que:

- (A) teria que localizar e fazer uma cópia de segurança para cada um dos arquivos criados por João antes de acionar a recuperação ao estado do Windows anterior à instalação por ele realizada;
- (B) poderia usar o mecanismo de recuperação do Windows desfazendo a instalação de João e mantendo os arquivos pessoais por ele criados ou editados;
- (C) não poderia usar o mecanismo de recuperação do Windows, pois este não faz distinção entre versões de um mesmo software (ou aplicativo);
- (D) poderia usar o mecanismo de recuperação do Windows desfazendo a instalação de João, mas todas as edições nos arquivos já existentes no momento dessa instalação seriam perdidas;
- (E) não poderia usar o mecanismo de recuperação do Windows, pois, durante a instalação, João não assinalou a opção que provoca a criação preventiva de um ponto de recuperação.

77

No contexto da segurança em redes de computadores, o termo *firewall* pode ser considerado uma espécie de:

- (A) mecanismo de autenticação;
- (B) programa de transferência de arquivos seguro;
- (C) mecanismo que verifica e bloqueia *spam* de correio eletrônico;
- (D) antivírus, que pesquisa os arquivos em busca de programas malignos;
- (E) filtro, que restringe o tráfego de mensagens com sites e outros recursos.

78

No contexto da utilização da internet por meio de browsers (navegadores), analise a definição a seguir.

“... é um pequeno arquivo de computador, ou pacote de dados, enviado por um sítio de Internet para o navegador do usuário, quando o usuário visita o site. Cada vez que o usuário visita o site novamente, o navegador pode enviá-lo de volta para o servidor para notificar atividades prévias do usuário...”

Essa definição aplica-se a:

- (A) um vírus de computador;
- (B) um cookie;
- (C) um token para identificação segura;
- (D) uma senha memorizada;
- (E) uma URL.

79

No LibreOffice Writer, a operação de busca (*Localizar*) oferece, dentre outras, as opções “Diferenciar maiúsculas de minúsculas” e “Somente palavras inteiras”.

Nesse contexto, considere o conteúdo de um documento exibido a seguir.

A Caixa-preta foi encontrada encaixada numa caixa de madeira e, com mais duas caixas, foi enviada para a Caixa Postal.

Considerando-se busca nesse documento inteiro, na qual o texto de busca é

caixa

e as duas opções referidas acima tenham sido assinaladas, o número de trechos do documento que seriam destacados é:

- (A) zero;
- (B) um;
- (C) dois;
- (D) três;
- (E) quatro.

80

Observe o trecho de uma planilha LibreOffice Calc exibido a seguir.

	A	B	C
1	●		
2	●	●	
3	●	●	
4	●	●	●

Sabendo-se que as setas foram produzidas pelo acionamento de comandos de rastreamento na opção “Detetive” do menu “Ferramentas”, e que a opção para exibir “valores zero” foi desmarcada, é correto afirmar que, de acordo com a imagem, a fórmula que poderia estar contida na célula B2 é:

(A) =A1 + A3 + C4

(B) =C4

(C) =A1 + A3 + C4 + B4

(D) =B2

(E) =A1 + A3 + C4 + B4 + A4

Realização

